

Grande ABC registra um caso de perseguição a cada 9,5 horas

De abril de 2021 a janeiro de 2022, delegacias da região já computaram 800 ocorrências

ALINE MELO
alinemelo@dgabc.com.br

Cíntia e Ricardo (nomes fictícios) já namoravam há sete meses quando uma mulher com quem o rapaz havia saído uma vez divulgou, sem autorização, uma foto do casal em uma rede social. Após uma discussão rispida entre a moça e o homem por um aplicativo de mensagens, os jovens passaram a sofrer diversos tipos de ataques e ameaças pela internet. Perfis falsos que o acusavam de pedofilia, ameaças aos filhos de Cíntia e muitas, muitas mensagens ofensivas. A cada perfil bloqueado, um novo era criado. Esse tipo de situação, popularmente conhecida como *stalking* (perseguição) foi tipificada como crime há quase um ano e já acumula, de abril de 2021 a janeiro de 2022, 800 registros nas delegacias do Grande ABC – veja dados por cidade na arte ao lado. Os dados foram obtidos pelo Diário junto à SSP (Secretaria de Segurança Pública) via LAI (Lei de Acesso à Informação).

Tanto Cíntia quanto Ricardo já registraram BOs (Boletins de Ocorrência) desde que os incidentes começaram, em dezembro de 2020. O rapaz apontou a ex-namorada como suspeita dos ataques, e ela chegou a ser convocada para depor na delegacia e também em

uma audiência on-line, da qual a acusada não participou. Após isso, o processo foi arquivado.

O casal fez novos BOs, mas até agora ninguém foi responsabilizado. Neste período de pouco mais de um ano, Ricardo já precisou mudar de endereço e vender a moto porque a placa foi divulgada na internet como sendo de um abusador de crianças. Cíntia mudou a filha mais nova de escola.

Integrante da comissão de direito digital e compliance da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Bernardo, Mônica Villani explica que antes de ser tipificada como crime, a perseguição era considerada uma contravenção penal.

Com a mudança, a pena para quem comete esse tipo de crime passou de 15 dias a dois meses de detenção, mais multa, para de 6 meses a dois anos, também com acréscimo de multa, podendo ser agravado para uma pena maior se as vítimas forem idosos, crianças, ou mulheres, especificamente pela sua condição de gênero.

A advogada explica que qualquer ação que cause ameaça à integridade física ou psicológica da vítima e seja praticada de forma reiterada, ou seja, repetidas vezes, pode ser considerado um crime de perseguição. “Não é preciso esperar que as ameaças cheguem às vias

CRIMES DE PERSEGUIÇÃO NO GRANDE ABC
De abril de 2021 a janeiro de 2022

	Total	On-line	Fisicamente	GÊNERO DA VÍTIMA			RELAÇÃO COM O AGRESSOR			
				Feminino	Masculino	Ignorado	Conhecido	Relacionamento amoroso/familiar	Desconhecido	Não Informado
Santo André	278	7,6%	92,4%	87,1%	12,6%	0,4%	0,7%	30,9%	0,4%	68%
São Bernardo	217	13,8%	86,2%	86,6%	12,9%	0,5%	0,5%	20,3%	1,4%	77,9%
São Caetano	51	2%	98%	84,3%	15,7%	0	2%	25,5%	0	72,5%
Diadema	84	7,1%	92,9%	84,5%	15,5%	0	0	16,7%	0	83,3%
Mauá	119	6,7%	93,3%	89,9%	9,2%	0,8%	0	29,4%	2,5%	68,1%
Ribeirão Pires	44	4,5%	95,5%	88,6%	9,1%	2,3%	0	34,1%	0	65,9%
Rio Grande	7	28,6%	71,4%	100%	0	0	0	57,1%	0	42,9%
GRANDE ABC	800	6,8%	91,3%	87,1%	12,4%	0,5%	0,5%	26,4%	0,9%	72,3%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo / Dados coletados por meio do LAI de Acesso à Informação. Expediente: Cíntia de ABC

de fato para o registro de um boletim de ocorrência”, destaca Mônica. “Se houve resistência por parte da autoridade policial para o registro, o conselho é que a vítima procure alguma instituição de apoio para esses casos e/ou a orientação de um advogado”, completa.

Cofundador da Cosecurity e diretor geral da Haganá Tecnologia, Luciano Caruso aponta que muito antes de existir o termo *stalking* já havia inúmeros registros de perseguição, mas que o advento da internet e das redes sociais deixou as pessoas mais vulneráveis e acessíveis aos agressores, dificultando, inclusive, a sua identificação. Caruso destaca que é importante que a vítima reúna o maior número de provas possíveis, como fotos, registros telefônicos e de e-mail, *prints* de telas de conversas em aplicativos de celular, entre outros.

Não divulgar dados sobre a vida pessoal, adicionar nas redes sociais apenas pessoas conhecidas e manter o

máximo de discrição possível sobre as atividades cotidianas estão entre as dicas

dos especialistas para evitar esse tipo de crime. A advogada ressalta, no entanto,

que todos estamos sujeitos a essas situações e que a vítima nunca é a culpada.

Vítimas se queixam de inação da polícia

Desde dezembro de 2020, o casal Cíntia e Ricardo (nomes fictícios) tem sido vítimas de perseguição on-line. Perfis falsos em redes sociais foram e ainda são criados para difamar Ricardo, acusando-o de ser pedófilo e traficante de drogas.

O rapaz já chegou a ser parado na rua por pessoas que se identificaram como criminosos e queriam explicações sobre as acusações. Cíntia foi vítima de ofensas raciais e ameaças contra seus filhos. Com medo, chegou a mudar a filha mais nova de escola. O namorado também já mudou de endereço e teve que adotar diversas mudanças em sua rotina diária.

O casal reclama da morosidade da polícia, que chegou a abrir um inquérito, colher

depoimentos de uma possível agressora, mas o processo acabou sendo arquivado.

O último BO (Boletim de Ocorrência) foi registrado na cidade de Mauá, em dezembro de 2021, porque na ocasião o casal estava visitando conhecidos e viram novo ataque pela internet.

Após fazer o registro, foram orientados a aguardar que a delegacia de circunscrição (responsável pelo bairro onde as vítimas moram) entrasse em contato para que eles representassem e dessem andamento no inquérito. Até agora, ninguém os procurou.

“Nos avisaram que poderia demorar uns 15 dias, mas já tem quase três meses. Não fomos chamados para representar em lugar ne-

nhum”, relata Cíntia. “Quando fui fazer o BO sobre as ameaças aos meus filhos fui informada de que se o delegado avaliasse que há risco de morte ele me chamaria para representar. Não vou esperar que algo aconteça aos meus filhos ou a nós dois”, questiona.

O casal anda com uma pasta com as cópias das ameaças e os boletins de ocorrência para se justificar depois que Ricardo foi parado na rua por duas pessoas estranhas.

A SSP (Secretaria de Segurança Pública) do Estado de São Paulo não respondeu aos questionamentos do Diário sobre as investigações do caso dos personagens até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 3